

Celso Silva: "Encerro as duas com a consciência de dever cu

Em 2008, Celso Silva foi eleito prefeito de Bandeirantes com 51% dos votos válidos. Em 2012, ele foi reconduzido ao cargo por mais dois anos de mandato, dia 31 de dezembro, deixando a Prefeitura de Bandeirantes com 83,5% de aprovação popular. Na entrevista exclusiva para a Folha de Norte, o prefeito Celso Silva falou sobre as duas gestões e quais os planos para seu futuro.

Folha de Norte - O senhor viveu do setor privado e assumiu por duas gestões a administração pública do Município. São muitas as diferenças no sistema de trabalho?

Celso Silva - A administração do setor privado e do público, a essência é a mesma, porém as regras são totalmente diferentes. No sistema público há muitos desmembramentos e amarras, e que infelizmente, na maioria das vezes, não se tem celeridade nas ações.

Ao contrário do privado neste aspecto porque numa corporação S.A, mesmo Ltda, você tem um planejamento e realmente porventura não der certo, aborta. Já no público, nem sempre é possível abortar, pois se pactuou algo que tem início esse algo e tem que finalizar, se não ocorrer isso é preciso justificar e argumentar de forma consistente para que o coordenador das despesas não sofra os transtornos e as sanções. Afinal, o gestor público está administrando algo que não é dele e pertence a coletividade através dos impostos que todos pagam.

Outro diferencial é que no privado temos um ou dois paternos, no público temos milhares e cada um tem pensamento e demanda, nem sempre chegando a uma convergência. As regras são bem claras em que o gestor deve seguir as leis, como a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e o PPA (Plano Plurianual) que contempla cinco anos de administração, e tem que seguir, ao menos, as linhas básicas do PPA e da LDO, caso contrário, acaba sendo penalizado. Outro aspecto que acaba não dando celeridade aos trabalhos se trata das leis licitatórias, que é de 1993 e está bem desatualizada e precisa ser rejuvenescida já que o cenário daquela época não é como hoje, pois estamos atualmente no advento da tecnologia da informação. Lamentável ainda é que a gente se depende no Brasil afóra, nas três esferas governamentais,

de muitas empresas "picaretas" que participam nos processos licitatórios e acarreiam prejuízos para o conjunto da sociedade que muitas vezes depende do serviço. Trabalhar ou prestar o serviço público se faz necessário pra pra ética, aliás, ética se presta para toda a vida e em todos os instantes, em todos os sentidos da vida, seja no setor privado, público e pessoal. Ser ético e ser responsável não é diferencial, mas é de caráter, é de berço.

FN - Quando assumiu a Prefeitura de Bandeirantes, em 2009, tinha alguma experiência de gestão pública, como foi e como tem sido?

CS - Tive algumas passagens pela Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná mas apenas com função de assessoramento. Neste período todo, a gente teve que aprender. Estar na função pública foi e é uma escola para mim até este momento. É um aprendizado muito grande. Estar no poder público não é uma graduação, e sim um doutorado. Você aprende todos os dias. Como se dissesse, há um desmembramento muito grande dentro do sistema, com índices a serem cumpridos dentro de uma rubrica orçamentária. Como por exemplo, a educação é subdividida em várias fontes, exclusivas para pagamento dos professores em sala de aula, pagamento para servidor que não está em sala de aula, para merenda escolar, transporte escolar, para obras. É um emaranhado de fontes dentro da educação com suas subdivisões. E com o setor da saúde também é igual, ação social idem e outros setores da municipalidade. A maioria dos recursos financeiros, com exceção dos convênios carimbados especificamente para determinada atividade ou obra, os recursos são subdivididos e tem que destacar os 25% para a educação, e 15% para saúde. Ou seja, vamos comparar que para cada RS 100 que entra,

via repasse constitucional obrigatório, de imposto local ou extra orçamentário, não é todo o RS 100 que se tem liberdade para aplicar onde quer, pois temos a obrigatoriedade de aplicar o mínimo de 25% na educação e o mínimo de 15% na saúde. A média geral dos nossos índices nos oito anos sempre atingiu superior a 27% na educação e 20% na saúde. E com o índice da folha do pagamento, sobre-se muito pouco para investimentos. Outro agravante e pelo pouco conhecimento que tínhamos é de que a nossa arrecadação própria é muito fragilizada, a maioria das cidades brasileiras é invariavelmente e totalmente dependente de repasses constitucionais (FPM - Fundo de Participação do Município - e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), mesmo na existência de outras fontes, mas que são dirigidas.

Quando assumimos na primeira gestão, nos deparamos com a complexidade de todo o sistema e nem sempre a gente consegue fazer aquilo que gostaria. Isso porque você tem uma previsão orçamentária e tem peças do orçamento que são subdivididas em várias áreas aprovadas no ano anterior - que é o LDO (Lei Orçamentária Anual) - para se ter validade no ano seguinte. E acontece de chegar no meio do ano, se você canalizou conforme estipula a LDO, pode acabar canalizando para uma outra determinada área e daí falta orçamento. No poder público, não ter dinheiro é péssimo, mas você não ter orçamento, você fica impotente, fica impraticável qualquer tipo de ação. A peça orçamentária é uma condição sine qua non para que um gestor público possa ordenar qualquer tipo de despesa desde que esteja ordenado pela legislação, através da LDO e LOA. Infelizmente, o espinho na garganta de um gestor público, principalmente das cidades pequenas, como a nossa, é a insegurança do que vai vir da nossa maior

fonte de arrecadação, o FPM. Porque ele depende muito do desempenho da economia nacional e ele muda, oscila mês a mês. Você tem uma previsão mas essa previsão depende da atividade econômica nacional. Eu destaco que a atividade econômica é o espelho e nós somos o reflexo dele, e se o espelho trica, você fica com uma visão turva aqui em frente. E isso traz diversos complicadores. Um exemplo é que, se abrimos um posto de saúde, coloca-se uma equipe de profissionais preconizado pelo Ministério da Saúde para receber parte das verbas do governo federal - mas a maior parte da manutenção é custeada pela prefeitura -, e de repente não vem estes recursos. O FPM cai de um mês para outro. Você não consegue trabalhar com duodécimo orçamentário. Invariavelmente o prefeito tem que fazer um equilíbrio no início do ano que tem maior incidência de entrada de recursos onde a balança é favorável a arrecadação, porque no primeiro trimestre a máquina está começando a andar, pois as aulas começaram em fevereiro, você tem maioria dos servidores em férias, parque de máquinas em manutenção. A partir do momento em que a máquina começa a rodar, comparo como um caminhão seguindo numa estrada íngreme, uma ribanceira. Se o caminhão nesta ribanceira frear de forma brusca, a incidência de capotar é muito grande. Tem que parar aos poucos para chegar lá no final, si e salvo. E a máquina pública é assim, se começar a rodar, tem o transporte escolar, exames de saúde, consultas eletivas, pagamentos de médicos. E quando se diz que a arrecadação está difícil e tem que parar, não se para da noite para o dia a máquina, e nem sempre para. E a sociedade não compreende. Com razão. Por isso é necessário cautela e equilíbrio. O gestor público tem que ter equilíbrio e não pode se empolgar. E se isso acontecer, ele mete os pés pelas mãos, capota com o caminhão, e quem

pena é a sociedade e ele será responsabilizado.

FN - Tratando de responsabilidade fiscal, as prestações de contas dos anos de gestão foram aprovadas?

CS - Estamos com seis contas aprovadas. Quatro delas foram chanceladas pela Câmara de Vereadores, que são do primeiro mandato. As contas de 2013 e 2014 já estão no Tribunal de Contas do Estado e já foram chanceladas pelos departamentos técnicos, aguardando para ir a plenário. As contas de 2015 estão em análise pelo Departamento técnico do TCE e estão ainda no prazo. Graças a Deus não temos nenhuma ação civil pública até o momento desta nossa entrevista. Em oito anos de mandato é difícil um gestor sair sem uma ação civil. Mas nós crédito a isso pela condução do nosso trabalho, que sempre foi baseado na lisura, na transparência, no zelo e no esmero. Aliás, isso é a normalidade de trabalho, porque anormal é quem faz coisa errada.

FN - Foram oito anos de intensos trabalhos e os frutos começaram a ser colhidos. Quais foram os principais desafios?

CS - Quando assumimos tivemos diversos desafios. Passamos por diversos ciclos das mãos de obra, desde do café, do algodão, da cana, e tivemos que reelaborar, e graças a criatividade dos empreendedores e da população, buscaram se reinventar para melhorar. E o nosso intuito desde que assumimos foi de oferecer um legado melhor do que recebemos, malteando a todos que nos antecederam. E a infraestrutura básica foi nosso grande desafio porque a pegamos com grande deficiência e avançamos muito neste quesito. Por exemplo, na infraestrutura urbana buscamos asfaltar as ruas das diversas localidades, seja na área central ou nas vilas abertas. A malha viária buscamos ainda realizar o ordenamento do trânsito, pinturas, faixas elevadas.

A questão da água com ampliação do sistema de abastecimento onde havia carência em algumas localidades, assim como o esgoto em nosso Município que atinge 98% coletado e tratado, faltando concluir o Bairro Invernada e o Distrito de Nossa Senhora da Candelária. Outro dado importante foi que neste período, realizamos investimentos onde o índice de mortalidade infantil está bem abaixo da média nacional, ainda fizemos importantes parcerias com a Santa Casa, projeto da USP para realização de cirurgias, reformas em todas as UBES do Centro de Saúde da Mulher, ampliamos o número de profissionais da saúde com a realização de dois concursos públicos. Na educação implantamos período integral, reformas e melhorias nas estruturas das escolas, capacitação dos professores, material didático, plano de cargos e carreira, gestão para a implantação do CIEP Osório, transposição da Falm para UNOP, apoio a Unopar para novos cursos, melhorias e reformas nos CMELs.

E um dos grandes desafios do gestor público é que é uma constante, é a de motivar a equipe. São cerca de mil servidores entre prefeitura e SAAs e temos que conduzir a todos pelo mesmo objetivo, que é de prosperidade por Bandeirantes, ofertar serviços de qualidade e com celeridade. A maioria dos servidores sabe das responsabilidades e tem essa concepção. Muitos desafios superamos mas, claro, há tantos outros que agora ficarão para nosso futuro prefeito Ivo Martins, na certeza de que ele os superará também.

FN - Qual sua avaliação sobre o resultado do índice de Bem-Estar Urbano e do ranking de Município Eficiente apresentados recentemente?

CS - Foram notícias muito boas e recebemos com muita satisfação porque é um dado importante, principalmente, para investidores e

